

4
f

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL
PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA
RIOFORTE INVESTMENT HOLDING BRASIL S.A.**

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

RIOFORTE INVESTMENT HOLDING BRASIL S.A., companhia fechada, com sede social na Av. Rio Branco, nº 89, Sala 1402 – 14º andar, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.568.253/0001-06, e filial na Av. Engenheiro Luiz Berrini, 1511 – conjunto 91, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.568.253/0007-00, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora"); e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Avenida das Américas nº 4.200 - Bloco 4 - Sala 514, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário"), nomeado neste instrumento para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos Debenturistas da presente emissão ("Debenturistas" e, em conjunto com Emissora, "Partes"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

Celebram o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Rioforte Investment Holding Brasil S.A." ("Escritura", "Emissão" e "Debêntures", respectivamente), nos termos e condições abaixo.

1. AUTORIZAÇÃO

1.1 A presente Escritura é celebrada com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 13 de dezembro de 2010 ("AGE"), nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.

DOS REQUISITOS

A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

Arquivamento e Publicação das Deliberações

Fls. 01 1295640-0 00007



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

5
f

2.1.1.1 A ata da AGE de que trata a Cláusula 1.1 acima será arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJ") e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal Monitor Mercantil, nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2 **Inscrição e Registro da Escritura**

2.1.2.1 Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos na JUCERJ, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.3 **Dispensa do Registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM")**

2.1.3.1 A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM 476"), por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição.

2.1.4 **Dispensa do Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")**

2.1.4.1 A presente Emissão não será registrada na ANBIMA por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição e por não haver prospecto, nos termos do parágrafo 1º do artigo 25 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

2.1.5 **Registro do Contrato de Garantia**

2.1.5.1 O Contrato de Penhor de Ações (conforme definido abaixo), no qual será formalizada a garantia mencionada na Cláusula 4.11 abaixo, deverá ser registrado no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos das partes, nos termos do artigo 129 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, além de ser devidamente registrado junto à instituição financeira depositária das ações empenhadas, ambos previamente a subscrição das Debêntures, devendo a respectiva comprovação ser entregue ao Agente Fiduciário tempestivamente.

3. **DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

3.1. **Objeto Social da Emissora**



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

6
f

3.1.1 A Emissora tem por objetivo a participação em outras sociedades, administrando recursos próprios e de terceiros visando à participação no capital de outras sociedades com sede no Brasil ou no Exterior, como sócia-quotista ou acionista, quaisquer que sejam os seus objetos sociais; a participação no Programa Nacional de Desestatização (PND); investimentos nos mercados financeiros e de capitais regularmente constituídos no Brasil e no exterior, observadas as disposições legais pertinentes; e a aquisição e administração de outros negócios, próprios e de terceiros.

3.2 Número da Emissão

3.2.1 Esta é a 1ª (primeira) emissão pública de debêntures da Emissora.

3.3 Número de Séries

3.3.1 A Emissão será realizada em série única.

3.4 Montante da Emissão

3.4.1 O montante total da Emissão será de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo).

3.5 Quantidade de Debêntures

3.5.1 Serão emitidas 100 (cem) Debêntures.

3.6 Banco Mandatário e Agente Escriturador

3.6.1 O banco mandatário e o agente escriturador da presente Emissão será o Banco Bradesco S.A., localizado na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/nº, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.941/0001-12 ("Banco Mandatário" e "Agente Escriturador", respectivamente).

3.7 Destinação dos Recursos

3.7.1 Os recursos captados através da presente Emissão serão destinados para investimentos em ativos fixos e em capital de giro da Emissora.

3.8 Limite da Emissão

17/03/2020



17/03/2020

Handwritten signatures and initials.

3.8.1 A presente Emissão atende ao limite estabelecido na alínea "a", §1º, do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que o valor das Debêntures é inferior a 80% (oitenta por cento) do valor dos bens a serem empenhados em favor dos debenturistas por meio do Contrato de Penhor, com relação ao penhor das ações detidas pela Emissora, qual seja R\$ 162.000.000,00 (cento e sessenta e dois milhões de reais), conforme cotação média ponderada nos 30 (trinta) dias anteriores à data de assinatura dessa Escritura na BOVESPA sendo:

	Quantidade	Cotação média - R\$/ação	Valor da garantia - R\$
MOAR	1.362.743	88,54	120.657.265,22
BHGR	2.277.980	22,51	51.277.329,80
TOTAL			171.934.595,02

Garantia Real: R\$ 171.934.595,02

Limite da Emissão = 80% de R\$ 171.934.595,02 = R\$ 137.547.676,02

Valor de Emissão = R\$ 100.000.000,00

Limite de Emissão > Valor da Emissão

3.9 Registro para Distribuição e Negociação

3.9.1 As Debêntures serão registradas (i) para distribuição no mercado primário através do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), e (ii) para negociação em mercado secundário através do SND - Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a custódia eletrônica das Debêntures e a liquidação financeira realizadas na CETIP.

3.9.2 As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado e não organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 14 da Instrução CVM 476. Somente investidores qualificados, conforme definidos na Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), e observado o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476, poderão adquirir as Debêntures, ressalvado o disposto no parágrafo 1º do artigo 15 da Instrução CVM 476.

3.9.2.1 Conforme definidos pela Instrução CVM 409, são Investidores Qualificados: (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais); e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; (vi)



Handwritten signature and initials.

8
+

administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios (em conjunto, "Investidores Qualificados").

3.9.2.2 Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da presente Emissão: (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no item (iv) da Cláusula 3.9.2.1 acima deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Emissão, Debêntures no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.10 Colocação e Procedimento de Distribuição

3.10.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme, com intermediação do Banco Bradesco BBI S.A. ("Instituição Intermediária"), instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do módulo SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, e destinadas exclusivamente à subscrição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, observados o artigo 3º da Instrução CVM 476 e os termos e condições do "Instrumento Particular de Coordenação, Colocação e Distribuição com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, sob Regime de Garantia Firme de Subscrição, da 1ª Emissão da Rioforte Investment Holding Brasil S.A." ("Contrato de Colocação").

4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1 Valor Nominal Unitário

4.1.1.1 O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Valor Nominal" ou "Valor Nominal Unitário").

4.1.2 Data de Emissão

4.1.2.1 Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 20 de dezembro de 2010 ("Data de Emissão").

4.1.3 Prazo e Data de Vencimento



Handwritten signatures and initials.

9
f

4.1.3.1 O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 20 de dezembro de 2012 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 5.3 abaixo. Na ocasião do vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos (conforme definidos abaixo), calculados na forma prevista nesta Escritura.

4.1.4 *Forma e Emissão de Certificados*

4.1.4.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de certificados.

4.1.5 *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

4.1.5.1 Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Agente Escriurador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade de Debêntures registradas eletronicamente no SND, extrato em nome do Debenturista, expedido pela CETIP.

4.1.6 *Espécie*

4.1.6.1 As Debêntures serão emitidas com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

4.1.7 *Convertibilidade*

4.1.7.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.2 *Subscrição*

4.2.1 *Prazo de Subscrição*

4.2.1.1 As Debêntures serão subscritas e integralizadas, em uma única data, a qualquer tempo, no prazo de até 2 (dois) dias a contar da data de início de distribuição informada pela Instituição Intermediária.

4.2.2 *Preço de Subscrição*

4.2.2.1 O preço de subscrição das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário.



[Handwritten signatures]

10
+

4.3 Integralização e Forma de Pagamento

4.3.1 As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, nos termos da Cláusula 4.2.1.1 acima e de acordo com os procedimentos da CETIP.

4.4 Direito de Preferência

4.4.1 Não há direito de preferência dos atuais acionistas da Emissão na subscrição das Debêntures.

4.5 Atualização do Valor Nominal

4.5.1 Não haverá atualização do Valor Nominal das Debêntures.

4.6 Remuneração

4.6.1 Juros Remuneratórios

4.6.1.1 As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios, desde a efetiva subscrição e integralização até a Data de Vencimento, estabelecidos com base na variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, Over Extra-Grupo (“Taxas DI”), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida de uma sobretaxa de 2,50% (dois inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário de cada Debênture, desde a data da primeira subscrição e integralização das Debêntures até a data de pagamento de juros remuneratórios, nos termos da Cláusula 4.6.1.2 abaixo (“Juros Remuneratórios”). Todas as debêntures desta emissão deverão ser subscritas e integralizadas em uma única data.

4.6.1.2 Os Juros Remuneratórios correspondentes ao Período de Capitalização (conforme definido abaixo) serão pagos semestralmente, a partir da Data de Emissão, no dia 20 de junho e de dezembro de cada ano até a Data de Vencimento das Debêntures, sendo que o 1º (primeiro) pagamento de Juros Remuneratórios ocorrerá em 20 de junho de 2011.

4.6.1.3 Os Juros Remuneratórios deverão ser calculados de acordo com a seguinte fórmula:

Taxa DI 320564046 577972



[Assinaturas manuscritas]

$$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1)$$

Onde:

"J" Valor dos Juros Remuneratórios devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

"VNe" Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

"Fator de Juros" Fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Fator de Juros} = \text{FatorDI} \times \text{FatorSpread}$$

Onde:

"Fator DI" Produtório das Taxas DI-Over_k com uso de percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização (inclusive) até a data de cálculo dos Juros Remuneratórios (exclusive), calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorDI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

Onde:

"n" Número total de Taxas DI-Over consideradas na apuração do "Fator DI" em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

TRE SP 3293640-8 95087



[Assinaturas manuais]

12
f

"K" Número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;

"TDI_k" Taxa DI-Over de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Onde:

"DI_k" Taxa DI-Over de ordem k, expressa na forma percentual, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

"FatorSpread" sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{\text{DUP}}{252}} \right] \right\}$$

Onde:

"spread" 2,5000;

"DUP" Número de Dias Úteis entre a Data da primeira subscrição e integralização das Debêntures ou data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "DUP" um número inteiro.

TRF 128364016 95992



[Handwritten signature]

13
f

Observações:

- (i) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP;
- (ii) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_t)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (iii) Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_t)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (iv) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- (v) O período de capitalização da Remuneração ("Período de Capitalização") é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data da primeira subscrição e integralização das Debêntures, e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento da Remuneração e termina na Data de Pagamento da Remuneração subsequente. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.6.1.4 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.6.1.5 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver o substituto legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), para definir, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a mesma taxa diária produzida

Doc 002 329564040 999872



IV

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

14
+

pela última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo).

4.6.1.6 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação.

4.6.1.7 Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias a contar a partir da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), qual a alternativa escolhida dentre:

- (i) a Emissora resgatará antecipadamente e, conseqüentemente, cancelará antecipadamente a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), pelo seu Valor Nominal Unitário não amortizado nos termos desta Escritura, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate e dos Encargos Moratórios (conforme definidos abaixo), se for o caso, e conseqüente cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última data de pagamento ou capitalização dos Juros Remuneratórios, conforme o caso. Nesta hipótese, para cálculo dos Juros Remuneratórios aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida; ou
- (ii) a Emissora resgatará antecipadamente, e, conseqüentemente, cancelará a totalidade das Debêntures em circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento dos Juros Remuneratórios continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa de remuneração substituta a ser definida por Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época. Caso a respectiva taxa substituta dos Juros Remuneratórios seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis utilizada pela Taxa DI.



15
+

4.7 Repactuação

4.7.1 Não haverá repactuação das Debêntures.

4.8 Amortização

4.8.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado integralmente na Data de Vencimento.

4.9 Condições de Pagamento

4.9.1 Local de Pagamento e Imunidade Tributária

4.9.1.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente no SND, (a) na sede da Emissora ou do Banco Mandatário, ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

4.9.1.2 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.9.2 Prorrogação dos Prazos

4.9.2.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo, ou ainda, quando não houver expediente bancário na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

4.10 Encargos Moratórios



16
f

4.9.3.1 Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impropriedade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, "Encargos Moratórios").

4.9.4 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos*

4.9.4.1 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.9.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário, não lhe dará direito ao recebimento dos Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento, ou do comunicado publicado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário.

4.10 Publicidade

4.10.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal Monitor Mercantil, usualmente utilizado pela Emissora para suas publicações legais, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Emissão e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.

4.11 Garantia Real

4.11.1 Para assegurar o cumprimento de suas obrigações pecuniárias, principais e acessórias, assumidas nesta Escritura, foi celebrado o Contrato de Penhor e Outras Avenças entre Euroamerican Finance S.A., Espírito Santo Tourism (Europe) S.A., Ushuaia Gestão e Trading International Ltd., ambos na qualidade de Acionistas, o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, e a Emissora, pelo qual foram empenhadas em favor dos Debenturistas (i) 1.362.743 (um milhão, trezentas e sessenta e duas mil, setecentas e quarenta e três) ações ordinárias de emissão da Monteiro Aranha S.A. ("MOAR"), e (ii) 2.277.980 (dois milhões, duzentas e setenta e sete mil, novecentas e oitenta) ações ordinárias de emissão da Brazil Hospitality Group S.A. ("BHGR"), incluindo todos os lucros e dividendos, juros sobre capital próprio, valores,



[Handwritten signature]

17
f

bonificações, certificados, títulos, direitos e outros bens, que venham a ser declarados, recebidos, devidos e a qualquer título distribuídos ou pagos com relação às ações empenhadas ou em troca de tais ações ("Contrato de Penhor de Ações").

5. DA AQUISIÇÃO FACULTATIVA, DO RESGATE ANTECIPADO E DO VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1 Aquisição Antecipada Facultativa

5.1.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, respeitando o prazo mínimo da ICVM 476/09, adquirir Debêntures em circulação no mercado, por preço não superior ao de seu Valor Nominal, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se for o caso, observado o disposto no artigo 55, §2º, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas, devendo o cancelamento ser objeto de ato deliberativo da Emissora, (ii) permanecer em tesouraria, ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula 5.1.1, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação, observada a restrição para negociação das Debêntures prevista na Cláusula 3.9.2 acima.

5.2 Resgate Antecipado

5.2.1 As Debêntures poderão ser totalmente resgatadas, a qualquer momento, a critério da Emissora, por meio de envio ou de publicação de comunicado ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas com 5 (cinco) dias úteis de antecedência, informando a data e qualquer outra informação relevante ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas.

5.2.2 O valor de resgate devido pela Emissora será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem resgatadas, acrescido dos Juros Remuneratórios e demais encargos devidos e não pagos até a data do resgate antecipado, bem como de um prêmio de 0,50% (cinquenta centésimos por cento).

5.2.3 A Emissora deverá comunicar à CETIP da realização do resgate antecipado com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

5.2.4 Não será admitido resgate antecipado parcial das Debêntures.

5.3 Vencimento Antecipado

14
1760822

1760822



5.3.1

Hipóteses de vencimento antecipado

5.3.1.1 Os titulares das Debêntures poderão, observado o disposto na Cláusula 8.8 abaixo, declarar automática e antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se houver, calculados *pro rata temporis* a partir da data de subscrição e integralização das Debêntures até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos ("Eventos de Inadimplemento"):

- (i) comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Emissora nesta Escritura ou em qualquer outro documento celebrado no âmbito da Emissão e/ou no Contrato de Penhor seja falsa, incorreta ou enganosa em qualquer aspecto relevante, exceto se a falsidade ou incorreção forem sanadas no prazo de até 20 (vinte) dias contados da data de comunicação da referida comprovação (a) pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (b) pelo Agente Fiduciário à Emissora, conforme o caso, dos dois o que ocorrer primeiro;
- (ii) não pagamento na respectiva Data de Vencimento, das obrigações pecuniárias devidas aos titulares das Debêntures;
- (iii) descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária descrita nesta Escritura e/ou no Contrato de Colocação (i) não sanada nos prazo específico estabelecido, se houver, ou (ii) em não havendo prazo específico, não sanada no prazo de 10 (dez) dias contados da data em que tal obrigação deveria ter sido cumprida;
- (iv) inadimplemento de quaisquer obrigações financeiras da Emissora, de suas controladas e/ou coligadas e/ou empresas sob controle comum, no mercado local ou internacional, na data de vencimento original, não sanado no prazo de cura aplicável, se houver, em montante unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- (v) transformação do tipo societário da Emissora, de sociedade anônima para sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 e 221, e sem prejuízo do disposto no artigo 222, todos da Lei das Sociedades por Ações;
- (vi) qualquer cisão, incorporação, fusão ou qualquer outra forma de reorganização societária da Emissora, exceto se a operação tiver sido previamente aprovada por Debênturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação;



[Handwritten signatures and initials]

18
f

19
4

- (vii) mudança ou transferência de controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), direto ou indireto, da Emissora, exceto se a operação tiver sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação;
- (viii) pagamentos aos acionistas da Emissora de dividendos, exceto os obrigatórios por lei, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação estatutária em lucros, se estiver em mora em relação às obrigações pecuniárias desta Emissão;
- (ix) protestos legítimos de títulos contra a Emissora, suas controladoras e/ou controladas e/ou coligadas cujo valor unitário ou agregado não ultrapasse R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou ainda caso o protesto não seja sanado no prazo legal, salvo se (i) o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou (ii) se for cancelado ou sustado, em qualquer hipótese, dentro do prazo legal;
- (x) não cumprimento pela Emissora de qualquer decisão administrativa, sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado contra a Emissora, conforme o caso, cujo valor unitário ou agregado seja igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas;
- (xi) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Emissora, controladas, coligadas e/ou pelos seus controladores diretos ou indiretos, independentemente do deferimento do pedido;
- (xii) extinção, liquidação, pedido de falência não elidido no prazo legal, ou decretação de falência da Emissora, controladas e/ou de seus controladores diretos ou indiretos;
- (xiii) se a Garantia prevista nesta Escritura: (a) for objeto de questionamento legítimo pela Emissora ou por terceiros que afete o cumprimento de quaisquer obrigações previstas nessa Escritura; (b) não for devidamente constituída; (c) for anulada, nula, ou inválida sob qualquer forma; ou (d) de qualquer forma, deixar de existir ou for rescindida;
- (xiv) redução de capital social da Emissora e/ou alteração do estatuto social da Emissora, que implique a concessão de direito de retirada aos acionistas da Emissora;
- (xv) ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades, das ações do capital social da Emissora;



[Handwritten signatures and marks]

20
+

- (xvi) vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras da Emissora, de suas controladas e/ou coligadas, no mercado local ou internacional;
- (xvii) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e licenças, inclusive ambientais, necessárias para o regular exercício das atividades da Emissora;
- (xviii) descumprimento de quaisquer obrigações previstas nos instrumentos que formalizam a Garantia ressalvado o prazo de cura estabelecidos; e
- (xix) o Agente Fiduciário, no exercício de suas funções, verificar que o limite de emissão prescrito na alínea "a", do parágrafo primeiro, do artigo 60, da Lei das Sociedades por Ações, deixou de ser observado pela Emissora.

5.3.1.2 Caso ocorram quaisquer dos Eventos de Inadimplemento descritos nos itens (ii), (iv), (v), (vi), (vii), (viii), (ix), (x), (xi), (xii) e (xvi) acima, não sanados nos respectivos prazos de cura, se aplicável, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures. Neste caso, o Agente Fiduciário deverá declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido em 2 (dois) úteis.

5.3.1.4 Na ocorrência de quaisquer outros Eventos de Inadimplemento não mencionados no parágrafo anterior, o Agente Fiduciário deverá convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo) para deliberar sobre o não vencimento antecipado das Debêntures, conforme estabelecido na Cláusula 8ª desta Escritura. Caso decidam a favor do vencimento antecipado das Debêntures, tal decisão terá caráter irrevogável e irretirável. O vencimento antecipado somente não será declarado caso assim seja deliberado na referida assembleia, por deliberação de Debenturistas representantes de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.

5.3.2 Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada à Emissora, com cópia à CETIP e ao Banco Mandatário, informando tal evento, para que a Emissora efetue o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, até a data do seu efetivo pagamento, no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da data de recebimento da carta encaminhada pelo Agente Fiduciário.

5.3.3 A CETIP deverá ser comunicada pela Emissora com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência do pagamento referido no item 5.4.2 acima.



[Handwritten signatures and initials]

21
f

5.3.4 Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada na Cláusula 5.3.2 acima, além dos Juros Remuneratórios devidos, serão acrescidos ao saldo do Valor Nominal das Debêntures os Encargos Moratórios, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento, conforme Cláusula 4.9.3 acima.

6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1. A Emissora adicionalmente se obriga a:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
 - (a) dentro de, no máximo, 3 (três) meses após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes;
 - (b) dentro de 30 (trinta) dias úteis após sua realização, cópias de todas as atas de todas as assembleias gerais de acionistas e fatos relevantes;
 - (c) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora envolvendo procedimento de valor individual ou agregado equivalente a, no mínimo, R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), em até 30 (trinta) dias após o oferecimento de qualquer forma de resposta, defesa, contestação ou reconvenção, conforme o caso, acompanhada da respectiva cópia destes; e
 - (d) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados na Cláusula 5.3.1.1 acima imediatamente após a sua ocorrência;
- (ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;
- (iii) atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:
 - (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com a regulamentação da CVM;



18

R

19

22
f

- (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
 - (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - (d) manter os documentos mencionados no item (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - (e) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
 - (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente a Instituição Intermediária; e
 - (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP;
- (iv) enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea (d) do subitem (iii) acima; (b) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo de 1 (um) dia útil a contar do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (c) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 028/09, de 02 de abril de 2009;
- (v) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (vi) convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 8ª desta Escritura, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (vii) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (viii) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;



19
[Assinaturas manuscritas]

23
4

- (ix) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (x) notificar, imediatamente, o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora; bem como qualquer descumprimento das obrigações previstas nesta Escritura e a ocorrência de qualquer um dos Eventos de Indimplemento, previsto na Clausula 5.3.1.
- (xi) não pagar dividendos aos seus acionistas além do mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco inteiros por cento) quando ocorrer qualquer hipótese de declaração de vencimento antecipado não curada que envolver um inadimplemento de obrigação de pagar, no que diz respeito à Emissão;
- (xii) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas usualmente adotadas pela Emissora;
- (xiii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e
- (xiv) arcar com todos os custos decorrentes (a) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP, (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora, e (c) das despesas com a contratação de Agente Fiduciário e Banco Mandatário.

7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1 A Emissora constitui e nomeia a Pentágono S.A. DTVM como agente fiduciário desta Emissão, o qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora

..... ("Agente Fiduciário").

..... O Agente Fiduciário declara:

..... (P) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, para exercer a função que lhe é conferida, conforme artigo 66, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações e artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");

..... BOM SP 32956000 09/08/71



Handwritten signatures and initials.

24
f

- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas cláusulas e condições;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (vi) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (vii) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (viii) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (ix) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura;
- (x) ter verificado a regularidade da constituição da garantia real prestada aos Debenturistas, bem como sua exequibilidade, após atendidos os requisitos legais para constituição da garantia real; e
- (xi) que verificou a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no *caput* e parágrafo 1º do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos da Cláusula 3.8 acima.

7.2.1 A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

7.3 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser



[Handwritten signatures and initials]

25
f

convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.3.1 Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido na Cláusula 7.3 acima, caberá à Emissora efetua-la.

7.3.2 A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.3.3 Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

7.3.4 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembleia especialmente convocada para esse fim.

7.3.5 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

7.3.6 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCERJ, onde será inscrita a presente Escritura.

7.3.7 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.3.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.4 Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

(i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;



22
[Handwritten signature]

26
f

- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (viii) verificar a regularidade da constituição da garantia real prestada aos Debenturistas, bem como sua exequibilidade, após atendidos os requisitos legais para constituição da garantia real;
- (ix) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- (x) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório detalhado que fundamente e comprovadamente justifique a necessidade de realização da referida auditoria, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (xi) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes na forma da Cláusula 4.10 acima;



27
f

- (xii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas e enviar à CETIP, no mesmo dia da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da referida assembleia;
- (xiii) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, §1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as informações abaixo. Para tanto, a Emissora deverá enviar todas as informações financeiras e atos societários necessários à realização do relatório que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Companhia até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório.
- (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) amortização do Valor Nominal e pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;



[Handwritten signature]

(xiv) colocar o relatório de que trata o item (xiii) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

- (a) na sede da Emissora;
- (b) no escritório do Agente Fiduciário;
- (c) na CVM; e
- (d) no escritório da Instituição Intermediária na hipótese de o prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo de distribuição das Debêntures;

(xv) publicar comunicado aos Debenturistas de que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item (xiv) acima;

(xvi) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, o Agente Escriturador e à CETIP;

(xvii) coordenar o sortio das Debêntures a serem amortizadas ou resgatadas antecipadamente, se for o caso;

(xviii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;

(xix) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;

(xx) verificar a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previsto no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações; e

(xxi) verificar a manutenção da regularidade e exequibilidade da garantia prestada.

24.1. Adicionalmente, cabe ressaltar que o Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos de administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que tenha sido, ou venha a ser, encaminhado pela Emissora ou por seus colaboradores, para se basear nas suas informações.



Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

29
+



30
4

dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário à Emissora, de "relatório de horas". Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados à alteração: (i) de garantias, caso aplicável; (ii) prazos de pagamento; e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado

7.7.2 Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir para a Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

7.7.3 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.

7.7.4 A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 7.7 acima será atualizada anualmente na menor periodicidade admitida pela legislação aplicável, com base no IGP-M, ou na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da 1ª (primeira) parcela de que trata esta Cláusula 7.7 até a data de pagamento de cada parcela, calculados *pro rata temporis* se necessário.

7.7.5 Os honorários devidos pela Emissora em decorrência da prestação dos serviços do Agente Fiduciário de que trata esta Cláusula 7.7 serão acrescidos dos seguintes tributos: (i) ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), nas alíquotas vigentes correspondentes ao regime de tributação de lucro real pelas instituições financeiras nas respectivas datas de pagamento, de tal forma que tais valores indicados nesta Escritura correspondam a valores líquidos destes tributos incidentes sobre a prestação de serviços de agente fiduciário pelas instituições financeiras; e (iv) quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre referidos honorários, excetuando-se o IR (Imposto sobre a Renda) nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

7.7.6 Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, ao agente fiduciário substituído, como forma de remuneração dos serviços a serem por ele prestados. O agente fiduciário substituído fará jus a mesma remuneração devida ao Agente Fiduciário, calculada proporcionalmente ao tempo de prestação de serviço restante, exceto se deliberado de forma diversa pela Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo).



27
[Handwritten signature]

31
f

7.7.7 A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 7.7 acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, no caso de adoção, pelo Agente Fiduciário, dos procedimentos elencados na legislação aplicável ou na Escritura como configuradores de vencimento antecipado das Debêntures.

7.8 A Emissora, mediante prévia aprovação, ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

7.8.1 O ressarcimento a que se refere a Cláusula 7.8 acima será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis após a entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas.

7.8.2 No caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto na legislação aplicável, ressarcidas pela Emissora.

7.8.3 Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas.

7.8.4 As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

7.8.5 As despesas a que se refere a Cláusula 7.8 acima compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e taxas que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (ii) extração de certidões;

TEC SP 3299640-8 999872



28
[Handwritten signature]

- 32
f
- (iii) locomoções entre estados da federação e respectivas hospedagens, bem como com alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções e devidamente comprovadas; e
 - (iv) eventuais levantamentos adicionais, especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

7.8.6 O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

8. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").

8.2 Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.

8.3 A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário, (ii) pela Emissora, (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou (iv) pela CVM.

8.3.1 Entende-se por Debêntures em circulação aquelas emitidas pela Emissora (i) que não tiveram sido amortizadas, resgatadas ou liquidadas e excluídas, (ii) aquelas que a Emissora possua em tesouraria, ou (iii) que sejam detidas pelo seu acionista controlador ou seus administradores.

8.4 A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

8.5 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais dos Debenturistas.

8.6 O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.



33
f

8.7 A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou aquele que for designado pela CVM.

8.8 Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura e nas hipóteses de alteração de prazos, valor e forma de remuneração das Debêntures, amortização e/ou resgate ou das hipóteses de declaração de vencimento antecipado pelo Agente Fiduciário que dependerão da aprovação de 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.

8.8.1 A alteração de quorum qualificado previsto na presente Escritura dependerá da aprovação de 90% das Debêntures em circulação.

8.8.1.2 Para efeito da constituição de quorum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula 8ª, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao seu controlador ou a qualquer de suas sociedades controladas e coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau e respectivos cônjuges destes últimos.

8.8.1.3 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quorums estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido em respectiva Assembleia.

9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1 O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:

- (i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (iii) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;



30
[Handwritten signature]

34
f

- (iv) as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- (v) sob as penas da lei, não tem nenhum impedimento legal, conforme definido no artigo 66, §3º, da Lei das Sociedades por Ações e no artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- (vi) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (vii) aceita integralmente esta Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (viii) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente; e
- (ix) verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento.

10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

10.1 A Emissora declara e garante que:

- (i) é sociedade por ações de capital fechado devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil e dos demais países em que a Emissora possui filiais ou escritórios de representação, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;

- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;

- (iii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;

- (iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;

- (v) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, ou quaisquer contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer



31
[Signature]

desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

- (vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura na JUCERJ e o registro das debêntures na CETIP;
- (vii) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Emissão;
- (viii) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (ix) manterá os seus bens adequadamente segurados, conforme práticas usualmente adotadas pela Emissora;
- (x) a sua situação econômica, financeira e patrimonial, na data em que esta declaração é feita, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência;
- (xi) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi determinada por sua livre vontade;
- (xii) as demonstrações financeiras da Emissora, data-base de 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora; e
- (xiii) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura, incluindo, mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula 3.7 acima.



32
[Handwritten signature]

3
4

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

(i) Para a Emissora:

RIOFORTE INVESTMENT HOLDING BRASIL S.A.

Av. Rio Branco, n° 89, 14° andar, parte,

Rio de Janeiro - RJ

20040-004

At.: Oswaldo Cunha

Telefone: (21) 3973-9935

Fax: (21) 3973-9909

e-mail: Oswaldo.Cunha@RioforteInvestments.com.br

(ii) Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, n° 4.200, bloco 4, sala 514

Rio de Janeiro, RJ

22640-102

At.: Marcelo da Costa Ribeiro

Telefone: 21 3385-4565

Fax: 21 3385-4046

e-mail: marcelo@pentagonotrustee.com.br

c/c: trustee@pentagonotrustee.com.br

(iii) Para o Banco Mandatário e Agente Escriturador:

BANCO BRADESCO S.A.

... Cidade de Deus, s/n° - Prédio Amarelo - 2° andar

... Osasco, SP

... 06029-900

... At.: Sr. Marcelo Poli

... Telefone: (11) 3684-7654

... e-mail: 4010.mpoli@bradesco.com.br

... (v) Para a CETIP:

CETIP S.A. - BALCÃO ORGANIZADO DE ATIVOS E DERIVATIVOS

... Av. República do Chile, n° 230, 11° andar

... Rio de Janeiro - RJ



Handwritten signatures and stamps on the right margin, including a circular stamp with the number 23.

20031-170

Telefone: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar São Paulo – SP

01452-001 Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3115-1564

11.1.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

11.1.3 As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

11.1.4 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a todas as Partes pela Emissora.

11.2 Excepto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por “dia útil” qualquer dia da semana, exceto sábados, domingos e feriados nacionais ou na Cidade de São Paulo e na Cidade do Rio de Janeiro. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de “dia útil”, entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

11.3 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.4 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.



34

38
4

11.5 Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.6 Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

11.7 Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

12. FORO

12.1 Fica eleito o Foro da Cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 2010.

Text_SP 329564048 009872



Handwritten signatures and stamps, including a circular stamp with the number 85.

39
f

página de assinaturas do Instrumento Particular da Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Rioforte Investment Holding Brasil S.A.

RIOFORTE INVESTMENT HOLDING BRASIL S.A.

Por: Oswaldo Fernandes da Cunha Filho
Cargo: Diretor

Por: Paulo Roberto Tourinho de Carvalho
Cargo: Procurador



190

PENTAGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Por: Larissa Lunin Chianca
Cargo: Procuradora

Testemunhas:

Nome: DR. ALEX MARTINS CORREA
RG: 053982-2 CAC-RS
RG: 351040747-49

Nome: MARIA CLARA MARQUES CASTANO
RG: 04718050-9 - DETRAN/RJ
CPF: 070361407-64

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome: RIOFORTE INVESTMENT HOLDING BRASIL S.A.
Nire: 33.3.0000155-7
Protocolo: 23-2010/767742-3

SECRETARIA GERAL
DATA: 17/12/2010

R. SP 3295640-8 9298/2



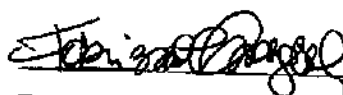
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome: RIOFORTE INVESTMENT HOLDING BRASIL S.A.
Nire: 33.3.0000155-7
Protocolo: 23-2010/767742-3 - 15/12/2010
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 17/12/2010, E O REGISTRO SOB O NÚMERO
E DATA ADIACENTE.
ED33000215-1/000
DATA: 17/12/2010
SECRETARIA GERAL

SECRETARIA GERAL

SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, com reserva de iguais, a **LUÍS GUILHERME ASSED DE ALMEIDA SENNA**, casado, advogado, OAB/RJ nº 121.886 e CPF/MF nº 082.839.937-98; **PEDRO HENRIQUE SILI VILHENA VIEIRA**, estudante de direito, solteiro, carteira de identidade nº 21690246-0, DETRAN/RJ, e CPF/MF nº 111.413.197-05; **MAYRA UHLIG AMORIM VASCONCELOS DE ARAUJO**, estudante de direito, solteira, carteira de identidade nº 21.456.541-8, DETRAN/RJ, e CPF/MF nº 124.675.907-12, **FÁBIO DE ARRUDA SOARES**, estudante de direito, solteiro, carteira de identidade nº 20.236.916-1, DETRAN/RJ, CPF nº 122.560.677-26, **BRUNA MOREIRA BRUNNER**, estudante de direito, solteira, carteira de identidade nº 11.294.644-7, DETRAN/RJ, CPF nº 125.165.617-09, todos membros do escritório de advocacia **Castro, Barros, Sobral, Gomes Advogados**, com endereço à Av. Rio Branco, 110 - 15º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, os poderes que me foram concedidos por **RIOFORTE INVESTMENT HOLDING BRASIL S/A** (nova denominação da **INTERATLÂNTICO S/A**), no instrumento com data de 13 de setembro de 2008, para representar a **OUTORGANTE** perante os órgãos da administração pública direta ou indireta, corpo de bombeiros e outros e em especial junto a **JUCERJA**, **SECRETARIAS ESTADUAL E MUNICIPAL DE FAZENDA**, **RECEITA FEDERAL DO BRASIL**, **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - FGTS** e ao **INSS - INSTITUTO NACIONAL DA SEGURIDADE SOCIAL**, a fim de podendo para tanto, requerer inscrições e certidões, anexar ou retirar documentos, assinar petições e acompanhar processos da **OUTORGANTE**.

Rio de Janeiro, 05 de outubro de 2010.



FABRIZZIA CHINAGLIA DA COSTA LIMA

OAB/RJ 122.905

24º OFÍCIO DE NOTAS - JOSÉ MARIO PINHEIRO PINTO
Av. Almirante Barroso, 138- Loja C Tel: 3553-4021

Reconheço por Semelhança a assinatura de
FABRIZZIA CHINAGLIA DA COSTA LIMA

Selo nº 00438866

Atestado, em 05/10/2010, de que o(a) **FABRIZZIA CHINAGLIA DA COSTA LIMA** é a verdadeira titular do(a) **138-604068-000000000000** (CPF nº 000000000000) e que a mesma é a verdadeira titular do(a) **138-604068-000000000000** (CPF nº 000000000000).

Atestado em 05/10/2010, de que o(a) **FABRIZZIA CHINAGLIA DA COSTA LIMA** é a verdadeira titular do(a) **138-604068-000000000000** (CPF nº 000000000000).

Atestado em 05/10/2010, de que o(a) **FABRIZZIA CHINAGLIA DA COSTA LIMA** é a verdadeira titular do(a) **138-604068-000000000000** (CPF nº 000000000000).

SELO DE FISCALIZAÇÃO

RECEITA FEDERAL DO BRASIL

RECEITA FEDERAL DO BRASIL

RECEITA FEDERAL DO BRASIL

RECEITA FEDERAL DO BRASIL

RECEITA FEDERAL DO BRASIL

RECEITA FEDERAL DO BRASIL

RECEITA FEDERAL DO BRASIL

RECEITA FEDERAL DO BRASIL

RECEITA FEDERAL DO BRASIL

RECEITA FEDERAL DO BRASIL

RECEITA FEDERAL DO BRASIL

RECEITA FEDERAL DO BRASIL

RECEITA FEDERAL DO BRASIL